

DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS EDUCADORES NO SISTEMA PRISIONAL

Maria Cavalcante de Oliveira¹
Márcia Cristina da Silva Dias²
Germano José Gonçalves de Sousa³
Reinaldo Guimarães Neto⁴
Sirlei Martens Guimarães⁵

RESUMO: A educação prisional no Brasil representa um grande desafio para os educadores, que atuam em um ambiente marcado por limitações estruturais, emocionais e pedagógicas. O objetivo é analisar os desafios enfrentados pelos educadores no sistema prisional brasileiro, abordando aspectos pedagógicos, emocionais e estruturais que impactam diretamente sua atuação. Metodologicamente, trata-se, de um ensaio teórico e um estudo bibliográfico através da abordagem qualitativa, e procedimento técnico descritivo. Os instrumentos de coletas dos dados foram via leituras, estudos de publicações literárias publicadas como livros, revistas e artigos científicos em sites scielo e Bibliotecas Virtuais. Os resultados evidenciam desafios como a diversidade de perfis dos alunos, a escassez de recursos educacionais, as condições precárias de trabalho e os impactos emocionais sofridos pelos educadores, agravados pela ausência de suporte psicológico. Além disso, foram identificadas lacunas nas políticas públicas e a excessiva burocracia, que dificultam a implementação de programas educacionais. Nesse sentido, o estudo propõe caminhos possíveis como a formação continuada para os professores, aumento dos investimentos em infraestrutura educacional, criação de programas de suporte psicológico e emocional, e revisão das políticas públicas para a educação prisional. Por fim, reforça a necessidade de valorizar os educadores prisionais como agentes de transformação social, essenciais para promover a inclusão e a dignidade humana.

2863

Palavra-chave: Desafios pedagógicos. Desafios emocionais. Inclusão social. Políticas públicas para a educação prisional.

ABSTRACT: Prison education in Brazil poses a significant challenge for educators, who work in an environment marked by structural, emotional, and pedagogical limitations. The objective is to analyze the challenges faced by educators in the Brazilian prison system, addressing pedagogical, emotional, and structural aspects that directly impact their work. Methodologically, this is a theoretical essay and a bibliographic study using a qualitative approach and a descriptive technical procedure. Data collection instruments included readings and studies of literary publications such as books, magazines, and scientific articles on Scielo websites and Virtual Libraries. The results highlight challenges such as the diversity of student profiles, the scarcity of educational resources, precarious working conditions, and the emotional impacts suffered by educators, exacerbated by the lack of psychological support. Furthermore, gaps in public policies and excessive bureaucracy were identified, which hinder the implementation of educational programs. In this sense, the study proposes possible paths such as continuing education for teachers, increased investment in educational infrastructure, the creation of psychological and emotional support programs, and the review of public policies for prison education. Finally, it reinforces the need to value prison educators as agents of social transformation, essential to promoting inclusion and human dignity.

Keywords: Pedagogical challenges. Emotional challenges. Social inclusion. Public policies for prison education.

¹ Doutoranda pela São Luís University.

² Mestranda pela São Luís University.

³ Mestrando pela São Luís University.

⁴ Mestrando pela São Luís University.

⁵ Mestranda pela São Luís University.

RESUMEN: La educación penitenciaria en Brasil plantea un desafío significativo para los educadores, quienes trabajan en un entorno marcado por limitaciones estructurales, emocionales y pedagógicas. El objetivo es analizar los desafíos que enfrentan los educadores en el sistema penitenciario brasileño, abordando los aspectos pedagógicos, emocionales y estructurales que impactan directamente en su trabajo. Metodológicamente, se trata de un ensayo teórico y un estudio bibliográfico con un enfoque cualitativo y un procedimiento técnico descriptivo. Los instrumentos de recolección de datos incluyeron lecturas y análisis de publicaciones literarias como libros, revistas y artículos científicos en sitios web de Scielo y Bibliotecas Virtuales. Los resultados destacan desafíos como la diversidad de perfiles estudiantiles, la escasez de recursos educativos, las condiciones laborales precarias y el impacto emocional que sufren los educadores, agravado por la falta de apoyo psicológico. Además, se identificaron brechas en las políticas públicas y una burocracia excesiva que dificultan la implementación de programas educativos. En este sentido, el estudio propone posibles caminos como la formación continua del profesorado, una mayor inversión en infraestructura educativa, la creación de programas de apoyo psicológico y emocional, y la revisión de las políticas públicas para la educación penitenciaria. Por último, refuerza la necesidad de valorar a los educadores penitenciarios como agentes de transformación social, esenciales para promover la inclusión y la dignidad humana.

Palabra clave: Desafíos pedagógicos. Desafíos emocionales. Inclusión social. Políticas públicas para la educación en prisiones.

INTRODUÇÃO

A educação prisional no Brasil é um dos pilares mais importantes para a promoção da ressocialização e da cidadania. Reconhecida pela Lei de Execução Penal, LEP, como um direito fundamental das pessoas privadas de liberdade, a educação não apenas oferece a oportunidade de alfabetização e formação acadêmica, mas também abre caminhos para o desenvolvimento de habilidades sociais, emocionais e profissionais que favorecem a reintegração à sociedade (Santana e Amaral, 2020).

2864

Segundo a lei, De acordo com a legislação, a assistência educacional às pessoas privadas de liberdade deve compreender tanto a instrução escolar quanto a formação profissional. A lei determina a obrigatoriedade do ensino fundamental, bem como a implantação do ensino médio, regular ou supletivo nos presídios, com formação geral ou educação profissional de nível médio, em conformidade com os princípios constitucionais de universalização do ensino. Esses cursos devem ser integrados aos sistemas estaduais e municipais de ensino, sendo mantidos com o apoio da União, por meio de recursos destinados à educação e da colaboração das administrações penitenciárias e judiciárias estaduais. Também está previsto que os sistemas de ensino ofereçam cursos supletivos de educação de jovens e adultos para os detentos (Brasil, 1984, apud Santana e Amaral, 2020).

No entanto, o sistema prisional brasileiro enfrenta desafios estruturais que limitam o pleno alcance dessas iniciativas educacionais. O índice elevado de analfabetismo e o baixo nível de escolaridade entre os detentos reforçam a urgência de investir em programas educacionais. Paralelamente, a educação prisional tem um impacto direto na redução da reincidência criminal, ao oferecer aos alunos possibilidades concretas de reconstruir suas trajetórias de vida por meio do aprendizado e do conhecimento (Aguiar, 2009).

Nesse cenário, os educadores que atuam nas unidades prisionais desempenham um papel de extrema relevância. Eles são agentes de transformação, conectando os detentos às ferramentas necessárias para ampliar horizontes e enfrentar estigmas sociais. Contudo, esses profissionais lidam com uma série de desafios, como falta de recursos, infraestrutura inadequada, tensões emocionais e a desvalorização de seu trabalho. Esses obstáculos não apenas afetam o desempenho pedagógico, mas também colocam em evidência a necessidade de políticas públicas que priorizem a valorização e o suporte aos educadores.

Assim, discutir e propor soluções para os desafios enfrentados pelos educadores no sistema prisional é essencial para fortalecer a educação prisional como um instrumento de transformação social, capaz de promover inclusão, cidadania e dignidade às pessoas privadas de liberdade. Este artigo tem como objetivo explorar essas questões e sugerir caminhos para a superação das dificuldades enfrentadas por esses profissionais tão fundamentais. 2865

2. METODOLOGIA

Este estudo, é um estudo bibliográfico através da abordagem qualitativa, sobre os desafios enfrentados pelos educadores no sistema prisional, destacando os desafios pedagógicos, desafios estruturais, reconhecimento profissional dos educadores prisionais e estratégias e propostas para a superação. A busca da coleta dos dados se deu por meios de artigos científicos publicados nas plataformas como Scielo, Google Acadêmico, Biblioteca Virtual e Revistas científicas periódicas da área educacional. Para garantir maior fidedignidade e consistência metodológica, foram definidos os seguintes critérios:

Critérios de inclusão: artigos publicados entre 2023 e 2024, em língua portuguesa, inglesa ou espanhola, que tratassem especificamente da temática da educação no sistema prisional ou de questões diretamente relacionadas aos desafios e práticas pedagógicas nesse contexto.

Critérios de exclusão: trabalhos repetidos nas bases de dados, artigos fora do recorte temporal estabelecido ou que abordassem o sistema prisional de forma tangencial, sem tratar da atuação dos educadores.

No que se refere à abordagem qualitativa, Creswell e Creswell (2017) destacam que ela representa uma forma de compreensão dos significados atribuídos a eventos específicos pelos participantes, considerando a natureza subjetiva dos fenômenos sociais e educacionais. Dessa forma, este estudo adota a perspectiva qualitativa para descrever e interpretar a realidade do ambiente prisional, sem a pretensão de generalizar, mas sim de aprofundar a análise sobre o objeto investigado.

O procedimento bibliográfico foi escolhido por possibilitar a sistematização de conhecimentos já produzidos, permitindo a construção de uma análise crítica fundamentada em produções acadêmicas e científicas. Para Prodanov e Freitas (2013, p. 54), a pesquisa bibliográfica “coloca o pesquisador em contato direto com toda a produção escrita sobre a temática que está sendo estudada”. Assim, o estudo se justifica pelo fato de a pesquisa buscar não apenas organizar e revisar os estudos existentes, mas também apontar lacunas, desafios e possibilidades de reflexão sobre as condições de trabalho dos educadores no sistema prisional, promovendo um debate científico relevante para a área da educação.

2866

I. DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS EDUCADORES NO SISTEMA PRISIONAL

I.I DESAFIOS PEDAGÓGICOS

A educação no sistema prisional brasileiro apresenta múltiplos desafios, entre os quais se destaca a diversidade do perfil dos alunos. Em uma mesma turma, é comum encontrar indivíduos com diferentes níveis de escolaridade, variando desde aqueles que não concluíram os estudos básicos até outros com formação mais avançada. Essa heterogeneidade demanda que o educador elabore estratégias pedagógicas capazes de atender simultaneamente a múltiplas necessidades. Além disso, as faixas etárias presentes nas salas de aula são bastante variadas, abrangendo desde jovens adultos até pessoas em idade mais avançada. Cada grupo etário possui expectativas, interesses e ritmos de aprendizagem distintos, o que torna mais complexa a aplicação de metodologias uniformes.

Outro fator importante a ser considerado são as experiências de vida dos detentos. Muitos deles carregam traumas, vivências dolorosas e interrupções prolongadas em seus

percursos escolares, o que pode gerar resistência à educação formal ou dificultar o engajamento em sala de aula.

De acordo De Meyer (2006):

É uma dimensão essencial da educação na prisão: é desejável que as histórias pessoais possam ser contadas, compreendidas, analisadas e reapropriadas. Inútil dizer que o contexto de confiança e de confidencialidade deve ser preservado e que não se pode confundir o dossier penal com o dossier pedagógico. Dizer, compreender e expressá-lo é possível na prisão sem entrar na psicanálise ou com vistas a um tratamento terapêutico. Educar será reunir os pedaços. A reunião dos pedaços será feita pela educação não-formal: a teatralização, experimentar emoções pelo desenho, pela poesia, escrita, entre outras formas, mas, também, trabalhar com as atitudes. Reunir os pedaços é, às vezes, encontrar a motivação de aprender a ler e a escrever, desde que não se reduza a alfabetização a um ato técnico. Aprender a ler e a escrever sua relação no mundo. Aprender a ler e a escrever é o encontro do sujeito e da letra. (De Meyer, 2006, p.52).

De Meyer (2006) evidencia a urgência de se compreender a educação prisional para além de uma perspectiva técnica ou meramente instrucional. Ao afirmar que educar é *reunir os pedaços*, o autor convida à valorização das experiências subjetivas dos apenados, considerando que a aprendizagem, nesse contexto, está intimamente ligada à reconstrução da identidade e à ressignificação das trajetórias pessoais.

O processo educativo, portanto, assume um papel terapêutico não no sentido clínico, mas na medida em que promove a escuta, a expressão e o reconhecimento simbólico do sujeito. Tal abordagem aponta para a potência das práticas não formais, como a escrita, o teatro e a poesia, na reintegração dos indivíduos ao mundo da linguagem e da cultura, favorecendo não apenas o letramento, mas também o fortalecimento da autoestima e a motivação para a transformação social. Dessa forma, a educação prisional torna-se um espaço de recomposição do eu e de reconexão com o mundo, ampliando as possibilidades de ressocialização (Meyer, 2006).

2867

Dante desse cenário, torna-se imprescindível a adoção de práticas pedagógicas inclusivas, flexíveis e adaptáveis, que respeitem as especificidades de cada estudante. Soma-se a isso a necessidade de formação continuada para os educadores, bem como a disponibilização de recursos didáticos diversificados que os auxiliem na condução de um ensino mais eficaz.

No entanto, a falta de recursos educacionais nas unidades prisionais compromete significativamente a qualidade do ensino oferecido. Frequentemente, os professores enfrentam a escassez de materiais básicos como livros, cadernos e lápis, o que limita suas possibilidades pedagógicas e dificulta a realização de atividades ajustadas às necessidades dos alunos. Além disso, o acesso às tecnologias educacionais é praticamente inexistente ou extremamente restrito. Seja por questões de segurança, seja por falta de investimento, os detentos têm pouco ou

nenhum contato com computadores, internet ou mídias digitais, o que reduz consideravelmente as oportunidades de desenvolvimento de competências essenciais no mundo contemporâneo (Florêncio e Costa, 2021).

A precariedade da infraestrutura também agrava o quadro. Muitas salas de aula dentro das unidades prisionais não foram projetadas com fins educacionais, sendo mal iluminadas, superlotadas e mal ventiladas. Esses fatores prejudicam não apenas a concentração dos estudantes, mas também a motivação dos professores. Diante disso, é urgente que políticas públicas ampliem os investimentos em infraestrutura e garantam o fornecimento adequado de materiais pedagógicos. Parcerias com organizações externas podem ser um caminho viável para a introdução de tecnologias e recursos didáticos que favoreçam o processo de ensino-aprendizagem nesse contexto.

De acordo com Silva (2018):

Dentre os principais problemas identificados na oferta da educação no cenário brasileiro permanece a ausência de uma diretriz nacional que oriente as ações educativas prisionais nos estados, a precariedade material com as quais as iniciativas esparsas de educação prisional têm que conviver, a ausência de profissionais de pedagogia especificamente capacitados para este fim, e a falta de compreensão por parte dos profissionais penitenciários da importância da educação para os fins do tratamento penitenciário (Silva, 2018)

Além dos aspectos pedagógicos e estruturais, os desafios emocionais também são marcantes. A construção de vínculos entre educadores e alunos é dificultada por uma série de fatores característicos do ambiente prisional. Um deles é o clima de desconfiança generalizada, tanto entre os detentos quanto em relação às figuras de autoridade. Os professores, muitas vezes vistos como representantes das instituições punitivas, enfrentam resistência e ceticismo, o que dificulta a criação de um ambiente de colaboração e diálogo.

O estigma e o preconceito também interferem na relação pedagógica. Alguns alunos projetam nos professores imagens associadas ao julgamento ou à opressão, enquanto educadores, por sua vez, podem carregar estigmas inconscientes em relação à população encarcerada. Além disso, os detentos frequentemente enfrentam barreiras emocionais relacionadas a experiências prévias de abandono, violência ou rejeição, o que pode gerar dificuldade em estabelecer vínculos afetivos e comprometer a dinâmica da sala de aula.

Além disso, o ambiente rígido e controlado das prisões, com suas normas estritas e vigilância constante, limita a espontaneidade das interações, dificultando a construção de uma relação mais humanizada entre educadores e educandos. Outro entrave relevante é a falta de continuidade no processo educativo. Aulas são frequentemente interrompidas por

deslocamentos, transferências de presos ou problemas administrativos, o que compromete o desenvolvimento de vínculos mais consistentes e o avanço dos conteúdos.

Para superar tais obstáculos, é essencial que os educadores desenvolvam habilidades interpessoais como empatia, escuta sensível, paciência e flexibilidade. Tais competências são fundamentais para lidar com a complexidade das relações humanas no contexto prisional e para tornar a educação um instrumento real de transformação e ressocialização.

A atuação docente em unidades prisionais impõe uma intensa carga psicológica aos educadores, que diariamente se deparam com realidades marcadas por sofrimento, violência e abandono. O contato constante com histórias de vida difíceis, muitas delas permeadas por pobreza extrema, traumas familiares, abuso e exclusão social, pode gerar um impacto emocional profundo nos professores. Essas vivências frequentemente despertam sentimentos de empatia intensa, frustração e, em casos mais críticos, levam ao esgotamento emocional. Segundo Maslach e Jackson (1981), esse esgotamento pode ser um dos principais indicadores da síndrome de burnout, caracterizada por exaustão, despersonalização e sensação de ineficácia profissional.

A própria ambiência das instituições prisionais intensifica esse desgaste. Trata-se de um espaço opressor, marcado por vigilância constante, regras rígidas e tensão permanente, onde a presença de conflitos internos entre os detentos é uma constante. Esse contexto de pressão compõe a sensação de segurança e tranquilidade necessárias ao pleno exercício da atividade docente, tornando o cotidiano de trabalho emocionalmente desgastante.

2869

Além disso, o estigma social vinculado à profissão é outro elemento que agrava a carga psicológica: o trabalho em prisões é, muitas vezes, desvalorizado ou invisibilizado, tanto pela sociedade quanto por outros profissionais da educação. Isso compromete a autoestima dos educadores, pois, como segundo Esteve (1992) e Tardif (2002), o reconhecimento social é essencial para a motivação e valorização da identidade docente.

A ausência de suporte institucional aprofunda ainda mais essas fragilidades. Muitos professores enfrentam sobrecarga de funções sem contar com qualquer tipo de apoio psicológico ou rede de acolhimento. A falta de políticas de cuidado e atenção à saúde mental desses profissionais os deixa vulneráveis ao adoecimento, tornando-os mais suscetíveis ao desenvolvimento de quadros de ansiedade, depressão e burnout. Segundo Benevides-Pereira (2002), o burnout em professores é fortemente relacionado ao excesso de responsabilidades aliado à escassez de suporte emocional e organizacional. No caso dos docentes do sistema prisional, esse risco é agravado pelo tipo de ambiente em que atuam.

A exposição contínua a situações estressantes, tanto pelo convívio com os detentos quanto pelas restrições físicas e simbólicas impostas pela lógica carcerária, afeta diretamente a saúde mental do educador. Quando não há intervenções institucionais voltadas ao cuidado psicológico, essas pressões diárias se acumulam, tornando o trabalho insustentável. Os sintomas do burnout, como desmotivação, cansaço crônico, sentimentos de inutilidade e afastamento do trabalho, comprometem a continuidade das atividades docentes e impactam negativamente a vida pessoal do educador.

Outro fator relevante é o sentimento de isolamento. Sem apoio de colegas, gestão escolar ou políticas públicas, muitos professores enfrentam sozinhos os desafios emocionais de sua prática, o que agrava a sensação de abandono e invisibilidade. Como observa Freire (1996), ensinar exige coragem, mas também exige apoio e compromisso coletivo, especialmente em contextos adversos como o da educação prisional.

Esse quadro de adoecimento não afeta apenas os professores. Há impactos diretos na qualidade do processo educativo oferecido. Um professor emocionalmente abalado tende a encontrar dificuldades para engajar seus alunos, planejar aulas e desenvolver práticas pedagógicas efetivas. Assim, o abandono da saúde emocional do educador repercute na formação dos educandos, prejudicando um dos pilares da educação prisional: sua função social 2870 de promover a ressocialização por meio do ensino.

Diante desse cenário, torna-se urgente a implementação de políticas públicas que ofereçam suporte psicológico regular aos educadores do sistema prisional. Investir em programas de escuta, grupos terapêuticos, formações voltadas à resiliência emocional e campanhas de valorização profissional pode contribuir significativamente para o bem-estar docente. Como ressaltam Souza e Jesus (2015), cuidar da saúde mental dos profissionais da educação é condição indispensável para garantir não apenas sua permanência na carreira, mas também a qualidade e a eficácia do trabalho que realizam.

1.2 DESAFIOS ESTRUTURAIS

Os educadores que atuam no sistema prisional enfrentam severas adversidades relacionadas às condições de trabalho, que comprometem não apenas a qualidade do ensino oferecido, mas também o bem-estar físico e emocional desses profissionais. A precariedade estrutural e a ausência de políticas públicas eficazes configuram um cenário de negligência institucional. Um dos principais problemas relatados por esses docentes é a falta de segurança.

O ambiente prisional, por sua própria natureza, carrega o risco constante de conflitos internos e episódios de violência. Muitos professores se sentem inseguros durante o exercício de suas funções, especialmente pela ausência de protocolos de proteção específicos e pela dificuldade de acesso imediato a apoio em situações emergenciais. Como observa Foucault (1987), o espaço da prisão está marcado por dispositivos de vigilância e controle, mas nem sempre esses mecanismos são voltados para proteger os agentes educacionais que nele atuam.

Além da insegurança física, os espaços destinados à educação nas unidades prisionais frequentemente são inadequados. As salas de aula costumam ser improvisadas, mal ventiladas, com iluminação deficiente, mobiliário danificado ou inexistente, o que compromete diretamente o ambiente de aprendizagem. Segundo Tardif (2002), o contexto em que o professor atua influencia diretamente sua prática pedagógica, e ambientes desfavoráveis contribuem para a desmotivação e a limitação da eficácia docente. Em unidades prisionais, essas dificuldades são potencializadas pela ausência de recursos pedagógicos básicos. Muitos professores não contam com materiais essenciais como livros, cadernos, quadros e instrumentos didáticos, sendo obrigados a adaptar suas aulas com criatividade e, em muitos casos, com recursos próprios.

A sobrecarga de trabalho também é uma realidade comum entre os docentes do sistema prisional. A escassez de profissionais qualificados leva ao acúmulo de turmas e funções, o que resulta em cansaço físico, exaustão emocional e queda na qualidade do ensino. De acordo com Esteve (1992), o professor contemporâneo é um trabalhador submetido a múltiplas pressões, e o excesso de responsabilidades, especialmente sem apoio institucional, contribui diretamente para o adoecimento docente. Esse acúmulo de funções é ainda mais crítico quando se considera que os professores de unidades prisionais lidam com demandas educacionais e sociais complexas, exigindo preparo técnico e sensibilidade humana.

Outro fator que contribui para o desgaste desses profissionais é a falta de reconhecimento institucional e social. A ausência de valorização específica para o professor que atua em contextos de privação de liberdade seja por meio de incentivos financeiros, progressão na carreira ou mesmo reconhecimento simbólico contribui para o sentimento de invisibilidade. Como aponta Freire (1996), ensinar é um ato político que requer compromisso, e esse compromisso precisa ser também reconhecido por políticas públicas que garantam condições dignas de trabalho. No entanto, o que se observa, segundo Candaú (2012), é que os professores que atuam em contextos marginais ou de maior vulnerabilidade são frequentemente deixados à margem das políticas de valorização profissional.

É fundamental que o Estado invista em infraestrutura educacional dentro das unidades prisionais, garantindo espaços adequados para o ensino e aprendizagem. Do mesmo modo, a segurança dos profissionais deve ser prioridade, por meio de protocolos específicos de proteção durante as aulas. O fornecimento regular de materiais pedagógicos, aliado à capacitação continuada, também é indispensável para que os docentes possam desenvolver uma prática pedagógica eficaz. Além disso, políticas públicas devem ser elaboradas para valorizar o papel do professor prisional, com incentivos financeiros, reconhecimento simbólico e suporte emocional. Somente a partir dessas mudanças estruturais e simbólicas será possível fortalecer a educação prisional como uma ferramenta efetiva de transformação social e ressocialização.

1.3 RECONHECIMENTO PROFISSIONAL DOS EDUCADORES PRISIONAIS

A desvalorização profissional dos educadores prisionais representa um dos aspectos mais críticos do sistema de ensino em ambientes de privação de liberdade, afetando diretamente a motivação desses profissionais e a qualidade do processo educativo. Apesar das exigências emocionais, sociais e pedagógicas inerentes ao contexto prisional, esses professores recebem remuneração equivalente – ou até inferior – à dos demais profissionais da educação básica, sem qualquer consideração pelas especificidades e desafios adicionais da sua função. Segundo Tardif (2002), o reconhecimento simbólico e material da profissão docente é essencial para a valorização do trabalho educativo, e sua ausência implica desestímulo, evasão e descrédito. 2872

Além dos baixos salários, a ausência de políticas públicas que ofereçam incentivos específicos para os professores prisionais – como bonificações, progressão funcional diferenciada ou reconhecimento público – reforça a percepção de que seu papel é marginalizado dentro do sistema educacional. Para Esteve (1992), a perda de prestígio da profissão docente está fortemente ligada à ausência de mecanismos institucionais que reafirmem sua importância social. Essa negligência por parte do poder público também se reflete na falta de formação continuada e suporte especializado. Muitos professores que ingressam no sistema prisional não recebem preparação adequada para lidar com os conflitos, desafios éticos e as especificidades da população carcerária, o que compromete sua atuação.

O estigma social que recai sobre os profissionais que atuam nas prisões também é um obstáculo significativo. Em muitos casos, seu trabalho é invisibilizado ou encarado com desconfiança, inclusive por colegas de profissão. Como lembra Freire (1996), a docência é um ato político e social que exige coragem e reconhecimento. Quando o professor é visto como

alguém que atua em um espaço marginal da sociedade, o sentimento de pertencimento e valorização é fragilizado, enfraquecendo os vínculos com sua missão pedagógica. A precariedade das condições de trabalho – somada à sobrecarga emocional e à falta de estrutura – apenas reforça essa percepção de que sua atuação não é prioridade das políticas públicas.

Nesse cenário, o reconhecimento profissional torna-se urgente. Isso envolve não apenas reajustes salariais, mas também a implementação de planos de carreira específicos, incentivos financeiros e benefícios condizentes com os riscos e complexidades do trabalho. A valorização simbólica e pública do educador prisional também é fundamental: campanhas de conscientização, prêmios e ações institucionais que reforcem sua importância no processo de ressocialização são caminhos possíveis. Além disso, a formação continuada especializada deve ser garantida como política permanente, promovendo a qualificação e o fortalecimento da identidade docente nesse contexto.

Paralelamente à desvalorização profissional, outro entrave relevante é a burocracia e a fragilidade das políticas públicas voltadas à educação prisional. Embora a Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984) garanta o direito à educação como instrumento de reintegração social, a realidade mostra que sua implementação é desigual e muitas vezes ineficaz. Falta uma política nacional unificada, com diretrizes específicas para a educação prisional, que seja capaz de superar as disparidades entre estados e estabelecer um padrão mínimo de qualidade. Como afirma Ball (2005), a eficácia das políticas educacionais depende de sua capacidade de articular intenções e práticas, o que frequentemente não ocorre no sistema prisional.

Os recursos destinados à educação nos presídios são frequentemente insuficientes, dificultando a aquisição de materiais pedagógicos, a formação docente e a manutenção de espaços adequados ao ensino. Além disso, o excesso de burocracia compromete a fluidez dos processos educacionais. Questões como a liberação de materiais, a autorização para realização de provas ou o acesso a certificados sofrem atrasos recorrentes por conta de protocolos lentos e desarticulados entre os órgãos da administração penitenciária e da educação. Essa falta de articulação institucional inviabiliza a gestão integrada e eficiente dos programas educativos.

A descontinuidade de projetos também é um problema recorrente. Mudanças de gestão, desinteresse político e ausência de mecanismos de monitoramento e avaliação resultam em rupturas nos programas educacionais, o que desmotiva professores e penaliza os alunos privados de liberdade. Como destaca Candau (2012), a política educacional não pode ser tratada como evento episódico, mas como processo estruturado e contínuo. A ausência de formação

continuada para gestores e coordenadores que supervisionam os programas nas unidades prisionais evidencia a falta de preparo técnico para lidar com a complexidade do cenário.

Para enfrentar esses desafios, é essencial a criação de políticas nacionais claras, obrigatórias e com mecanismos de fiscalização e avaliação permanentes. A simplificação dos trâmites administrativos, a garantia de orçamento regular para a educação prisional e o incentivo a parcerias entre secretarias de educação, universidades e o sistema penitenciário são ações estratégicas. A formação contínua de educadores e gestores precisa ser institucionalizada, promovendo o desenvolvimento de competências voltadas à gestão de programas em contextos de vulnerabilidade. Assim, será possível transformar a educação prisional em uma política pública efetiva e coerente com os princípios de equidade, cidadania e inclusão social.

1.4 ESTRATÉGIAS E PROPOSTAS PARA SUPERAÇÃO

Embora a educação prisional enfrente uma série de desafios estruturais, institucionais e emocionais, é possível pensar em caminhos viáveis para transformar essa realidade por meio de políticas públicas eficazes e práticas pedagógicas humanizadoras. Uma das estratégias mais urgentes é a implementação de formações continuadas para os educadores que atuam nesse contexto. A capacitação específica desses profissionais deve contemplar temas como metodologias inclusivas, mediação de conflitos, gestão emocional e didáticas adaptadas à realidade carcerária. De acordo com Nóvoa (1995), a formação docente não deve se restringir à dimensão técnica, mas precisa considerar a trajetória do professor, suas vivências e os contextos em que atua.

Além da capacitação técnica, é essencial fomentar redes de troca de experiências entre professores que atuam em unidades prisionais. Essa socialização de saberes e práticas pode favorecer a construção de soluções colaborativas, criativas e contextualizadas. Parcerias com universidades e instituições de ensino superior também são fundamentais nesse processo, promovendo cursos de extensão, programas de especialização e pesquisas aplicadas sobre a educação em contextos de privação de liberdade. Como propõe Freire (1996), é na interlocução crítica entre teoria e prática que se constrói uma educação libertadora e comprometida com a transformação social.

Outro ponto central diz respeito à infraestrutura educacional. Muitos espaços de ensino nas unidades prisionais são improvisados e carecem de condições básicas para o aprendizado. Reformas estruturais que garantam ventilação adequada, iluminação, mobiliário apropriado e

conforto mínimo são imprescindíveis. Além disso, é necessário assegurar o fornecimento contínuo de recursos pedagógicos, como livros, materiais didáticos, computadores e ferramentas digitais. A criação de bibliotecas nas unidades prisionais também pode representar um espaço de fomento à leitura, à autonomia intelectual e ao desenvolvimento cultural dos detentos.

No entanto, o cuidado com o espaço físico precisa ser acompanhado pelo cuidado com a saúde emocional dos educadores. O estresse, a sobrecarga e o adoecimento psíquico são realidades recorrentes entre os professores do sistema prisional, conforme apontam Maslach e Jackson (1981), ao discutirem a síndrome de burnout. Por isso, a criação de programas permanentes de suporte psicológico torna-se indispensável. Tais programas podem incluir atendimento clínico individual, grupos de escuta e partilha de experiências, além da realização de workshops sobre saúde mental, resiliência emocional e equilíbrio entre vida pessoal e profissional.

A revisão das políticas públicas também se impõe como medida estratégica. É necessário criar diretrizes nacionais unificadas, claras e aplicáveis a todas as unidades prisionais do país, garantindo o direito à educação previsto na Constituição Federal e na Lei de Execução Penal. Sistemas de monitoramento e avaliação devem ser instituídos para acompanhar a efetividade dos programas educacionais e orientar sua melhoria contínua. Além disso, políticas de valorização dos educadores prisionais, com bonificações e reconhecimento formal, são fundamentais para promover o engajamento e a permanência desses profissionais no sistema. 2875

Por fim, a promoção da inclusão digital constitui-se como uma ferramenta promissora na modernização e ampliação das possibilidades educacionais no sistema prisional. A introdução de tecnologias, como tablets, plataformas online seguras e softwares educativos, pode potencializar o acesso à informação e à qualificação profissional. Para isso, tanto professores quanto detentos devem ser capacitados no uso das tecnologias, desenvolvendo competências digitais que dialoguem com os desafios contemporâneos. Como defendem Moran, Masetto e Behrens (2013), a educação mediada por tecnologias deve ser compreendida como aliada à aprendizagem crítica, reflexiva e ativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os educadores que atuam no sistema prisional são agentes transformadores que desempenham um papel crucial na promoção da ressocialização e na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Sua missão vai muito além do ensino de conteúdos acadêmicos:

eles representam uma oportunidade de mudança de perspectiva, oferecendo aos detentos ferramentas para a reintegração social e para o exercício pleno de sua cidadania.

No entanto, para que esses profissionais consigam exercer plenamente seu papel transformador, é essencial enfrentar e superar os desafios que permeiam a educação prisional. Condições de trabalho precárias, a falta de reconhecimento, o impacto emocional do ambiente prisional e as lacunas nas políticas públicas são obstáculos que não podem ser ignorados.

Investir na valorização dos educadores prisionais é um passo indispensável para o sucesso da educação nas unidades penitenciárias. Isso inclui o fortalecimento de políticas públicas voltadas para a educação prisional, a criação de programas de formação continuada, o suporte psicológico aos educadores e a melhoria das condições de trabalho e infraestrutura. Além disso, a conscientização sobre a relevância desse papel e o reconhecimento social são fundamentais para transformar o estigma em admiração e respeito.

Ao priorizar a valorização e o suporte a esses profissionais, estamos não apenas promovendo uma educação de qualidade dentro do sistema prisional, mas também incentivando o potencial de transformação individual e coletiva. Os educadores são a ponte que conecta o aprendizado à esperança, ajudando a construir caminhos para uma sociedade mais inclusiva, solidária e comprometida com a reintegração e a dignidade humana.

2876

REFERÊNCIAS

- BALL, Stephen J. Políticas educacionais: teoria e prática. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- BENEVIDES-PEREIRA, Ana Maria T. Burnout: quando o trabalho ameaça o bem-estar do trabalhador. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.
- BORGES, Juliana. Educação prisional e garantia de direitos à população carcerária. Rede Brasil Atual, 30 out. 2021. Disponível em: <https://www.redebrasilitual.com.br/educacao/2021/10/educacao-prisional-e-direitos-da-populacao-carceraria/>. Acesso em: 8 jun. 2025.
- BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Lei de Execução Penal. Brasília-DF: Presidência da República, 1984. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em: 9 jun. 2025.
- BRITO, José Roberto Oliveira de. As dificuldades de aprendizagem no sistema prisional. 2012. 53 p. Monografia (Especialização) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.
- CANDAU, Vera Maria. Educação em direitos humanos: desafios da construção de uma cultura pedagógica. Petrópolis: Vozes, 2012.

DANTAS, Harlanne Krislen Belarmino. *Educação nas prisões: o valor da educação prisional no processo de ressocialização.* 2021. 42 p. Monografia (Bacharelado em Direito) – Universidade Federal de Campina Grande, 2021.

ESTEVE, José María. *O mal-estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores.* Bauru: EDUSC, 1992.

FLORÊNCIO, Roberto Remígio; COSTA, Énio Silva da. *A escola no cárcere: uma reflexão sobre a educação dentro dos presídios brasileiros.* Revista Educação em Debate, Fortaleza, ano 43, n. 84, p. 27-44, 2021. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/educacaoemdebate/article/view/72558>. Acesso em: 10 jun. 2025.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.* São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HONORATO, Hércules Guimarães. *Educação de jovens e adultos no contexto prisional: desafios, limites e possibilidades da educação em prisões.* 2022. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/edumatec2022/434967-educacao-de-jovens-e-adultos-no-contexto-prisional--desafios--limites-e-possibilidades-da-educacao-em-prisoes>. Acesso em: 10 jun. 2025.

ISAAC. *Os métodos de Paulo Freire na educação brasileira.* Isaac, 2021. Disponível em: <https://isaac.org.br/metodos-paulo-freire>. Acesso em: 20 set. 2022.

LEITE, V. L. et al. *As dificuldades encontradas pela professora de Ciências no ensino de jovens e adultos (EJA) no sistema prisional de Parnaíba-PI.* Parnaíba, 2016. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV107_MDI_SA3_ID6479_30082016184150.pdf. Acesso em: 10 jun. 2025. 2877

MAGALHÃES, Guilherme. *O professor e a educação no ambiente prisional: desafios e possibilidades do trabalho docente por detrás das grades.* 2021. 116 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2021.

MASLACH, Christina; JACKSON, Susan E. *The measurement of experienced burnout.* Journal of Organizational Behavior, v. 2, n. 2, p. 99–113, 1981.

MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos T.; BEHRENS, Marilda A. *Novas tecnologias e mediação pedagógica.* Campinas: Papirus, 2013.

NOVELLI, Juliana; LOUZADO, Shênia Soraya Soares. *O trabalho do professor dentro das penitenciárias.* Revista Trajetória Multicursos, ano 3, vol. 5, n. 6, jul. 2012. Disponível em: http://facos.edu.br/publicacoes/revistas/trajetoria_multicursos/julho_2012/pdf/o_trabalho_do_professor_dentro_das_penitenciarias.pdf. 10 jun. 2025.

NOVO, Benigno Núñez. *A importância da educação prisional para a recuperação de detentos no Brasil e na Espanha.* DireitoNet, 17 jul. 2021. Disponível em: <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/12195/A-importancia-da-educacaoprisional-para-a-recuperacao-de-detentos-no-Brasil-e-na-Espanha>. 10 jun. 2025.

NOVO, Joseane da Silva. Memórias e trajetórias de professores do Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos na Penitenciária Estadual do Jacuí [manuscrito]. 2021. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Bens Culturais) – Universidade La Salle, Canoas, 2021.

NÓVOA, António (org.). *Os professores e a sua formação*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. Escola da prisão: espaço de construção da identidade do homem aprisionado. *Educação escolar entre as grades*. São Carlos: EdUFSCar, 2007. Disponível em: <https://anped.org.br/sites/default/files/gto6-1943.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2025.

PAIXÃO, Jairo Antonio; MAGALHÃES, Guilherme; CUSTÓDIO, Glauber Cézar Cruz. *Educação em unidades prisionais: considerações sobre a prática pedagógica de professores*. Curitiba, 2022. Disponível em: <https://www.editoracrv.com.br/conteudo/educacao-em-unidades-prisionais-consideracoes-sobre-a-pratica-pedagogica-de-professores/12416>. Acesso em: 10 jun. 2025.

PEREIRA, A. A educação de jovens e adultos no sistema prisional brasileiro: o que dizem os planos estaduais de educação em prisões? *Revista Tempos e Espaços em Educação*, v. II, n. 24, p. 245-252, 19 jan. 2018.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2013.

SANTOS, Guilherme dos. Ressocialização do preso frente ao sistema penitenciário brasileiro. 2015. 36 p. Monografia (Bacharelado em Direito) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUI, Ijuí-RS, 2015. 2878

SANTOS, Maria Eliane Ferreira dos; MEDEIROS, Késia Girlane Santos de. *Educação para apenados: desafios e perspectivas*. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento, ano 5, ed. 10, vol. 20, p. 144-160, out. 2020. ISSN: 2448-0959.

SANTOS, Willian Lima. O papel do pedagogo dentro do sistema penitenciário. *Rios Eletrônica: Revista Científica da Faculdade Sete de Setembro*, Paulo Afonso, BA: FASETE, v. 9, n. 9, p. 102-113, 2015. Disponível em: https://www.unirios.edu.br/revistarios/media/revistas/2015/9/o_papel_do_pedagogo_dentro_do_sistema_penitenciario.pdf. Acesso em: 10 jun. 2025.

SILVA, Camila Rodrigues da. *et al.* População carcerária diminui, mas Brasil ainda registra superlotação nos presídios em meio à pandemia. *Gi*, 17 maio 2021. Disponível em: <https://gi.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2021/05/17/populacaocarceraria-diminui-mas-brasil-ainda-registra-superlotacao-nos-presidios-em-meio-a-pandemia.ghhtml>. Acesso em: 10 jun. 2025.

SILVA, Volmir da Rosa e. *Remição da pena e ressocialização do apenado através da leitura*. 2022. 20 p. TCC (Bacharel em Direito) – UniRitter, Porto Alegre, 2022.



SILVA, Ramon Santos do Nascimento. A educação prisional no Brasil: do ideal normativo às tentativas de efetivação. *Revista Saberes: Educação a Distância*, v. 3, n. 1, p. 1-15, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/saberes/article/view/35054>. Acesso em: 27 jun. 2025.

SOARES, Poennia Gadelha; VIANA, Tania Vicente. Aluno-detento: um estudo sob a perspectiva da avaliação de aprendizagem escolar. *Interfaces da Educação*, v. 7, n. 20, p. 235-252, 2016. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/1100>. Acesso em: 10 jun. 2025.